

Como o dinheiro novo virá

ASSIS MOREIRA
Especial para O Estado

Zurique — Enquanto o Brasil prepara o pacote de ajustamento econômico, que, na opinião dos bancos, trará as mesmas medidas que o FMI sugeriria, a comunidade bancária internacional discute as bases de concessão de new-money ao País.

Até agora, os bancos parecem próximos de uma espécie de capitalização parcial dos juros da dívida externa brasileira. Na medida em que a capitalização propriamente não pode ser feita, por causa da legislação bancária norte-americana, os bancos planejam recorrer a um outro mecanismo cujo resultado seria idêntico.

Assim, e também como forma de evitar defecção de vários bancos, muitos efetivamente amedrontados com a moratória brasileira, seria estabelecido o seguinte mecanismo: o engajamento de cada banco no fornecimento de dinheiro novo ao Brasil seria igual à metade do valor dos juros que ele teria a receber do País.

Significa, portanto, que os bancos dão um empréstimo ao Brasil para o pagamento de metade da conta de juros da dívida externa. Na conta dos bancos, o Brasil deveria pagar cerca de US\$ 700 milhões mensais de juros. O saldo comercial tem sido insignificante, logo a constatação evidente é de que uma solução seria mesmo fazer o "empréstimo contábil" tal como ocorria até 1982, quando foi deflagrada a crise da dívida a partir da moratória mexicana.

Discussões sobre spread — taxa de risco — e novo prazo de reescalonamento, segundo a fonte ouvida, são coisas do passado. O Brasil pode contar como certo a obtenção de um spread menor, uma redução dos atuais 1 1/8 0/0 para 0,812 0/0, tal como o obtido pelo México, tendo como base a Libor — a taxa interbancária de Londres.

Um alongamento suplementar dos prazos de pagamento atingirá certamente até o ano 2007, pelo menos, envolvendo cerca de US\$ 50 bilhões da dívida brasileira. Assim, o prazo de pagamento da dívida se estenderia por um período de 20 anos, ao invés de 14 ou 15, com um período de carenção de sete anos.

Outras eventuais vantagens já obtidas por México e Venezuela, por exemplo, serão certamente estendidas ao Brasil. Os bancos dizem estar dispostos a tudo isso desde que o Brasil apresente nestes próximos 15 dias um plano de ajustamento econômico que signifique efetivamente "mudança radical e profunda na economia".

Bancos europeus acenam mesmo com a possibilidade de dispensa formal do acordo stand-by com o Fundo Monetário Internacional, de forma a "facilitar" politicamente a tarefa do presidente Sarney na adoção do "ajustamento econômico". Na prática, sugerem os bancos, as medidas seriam idênticas às que o FMI "indicaria". Assim, de forma oficial, numa etapa posterior, o FMI informaria à comunidade bancária a "solidez" do programa brasileiro.

Um banqueiro suíço não esconde sua preocupação com a conjuntura brasileira. "É incrível, porque a política econômica do Brasil piorou num momento em que em nível internacional as coisas lhe favoreciam. Os juros já chegaram ao nível mínimo, não tem mais jeito de baixar. E o preço do petróleo mostra que não haverá a mesma baixa do ano passado." Pior do que a moratória, afirma esse banqueiro, é a degradação da economia como um todo. "Espera-se o remedio."